

O SER DE DEUS

I. A EXISTÊNCIA DE DEUS

A. Lugar da Doutrina de Deus na Dogmática

As obras de dogmática ou de teologia sistemática geralmente começam com a Doutrina de Deus. A opinião prevalecente tem reconhecido sempre este procedimento mais lógico, e ainda continua apontando na mesma direção. Em muitos casos, mesmo aqueles cujos princípios fundamentais pareceriam exigir outro arranjo, continuam na prática tradicional. Há boas razões para começar com a doutrina de Deus, se partirmos da admissão que a teologia é o conhecimento sistematizado de Deus de quem, por meio de quem, e para quem são todas as coisas. Em vez de surpreender-nos de que a dogmática comece com a doutrina de Deus, bem poderíamos esperar que ela seja completamente um estudo de Deus, em todas as suas ramificações, do começo ao fim. Como uma questão de fato, é isto exatamente o que se pretende que seja, embora somente o primeiro *locus* ou capítulo teológico trate diretamente de Deus, enquanto as partes ou *loci* subsequentes tratam dele de maneira mais indireta. Iniciamos o estudo de teologia com duas pressuposições a saber: (1) que Deus existe; (2) que ele se revelou em sua Palavra divina. E por essa razão não nos é impossível começar com o estudo de Deus. Podemos dirigir-nos a sua revelação para aprender o que ele revelou a respeito de si mesmo e a respeito de sua relação para com as suas criaturas. Têm-se feito tentativas no curso dos tempos para distribuir o material da dogmática de tal modo que exiba claramente que ela é não apenas em um *locus*, mas em sua totalidade, um estudo de Deus. Isto foi feito pela aplicação do método trinitário, que dispõe o assunto da dogmática sob os três títulos: (1) o Pai; (2) o Filho; (3) o Espírito Santo. Esse método foi aplicado em algumas das primeiras obras sistemáticas, foi restaurado ao favor geral por Hegel, e se pode ver ainda na *Dogmática Cristã*, de Martensen. Uma tentativa semelhante foi feita por Breckenridge, quando dividiu o assunto da dogmática em (1) O Conhecimento de Deus objetivamente considerado; (2) O conhecimento de Deus subjetivamente considerado. Nem um nem outro destes podem ser considerados como tendo obtido sucesso.

Até o começo do século 19 era quase geral a prática de começar o estudo da dogmática com a doutrina de Deus, mas ocorreu uma mudança sob a influência de Schleiermacher, que procurou salvaguardar o caráter científico da teologia com a introdução de um novo método. A consciência religiosa do homem substituiu a Palavra de Deus como a fonte da teologia. A fé na Escritura como autorizada revelação de Deus foi desacreditada, e a compreensão humana, baseada na apreensão emocional ou racional do homem, tornou-se o padrão do pensamento religioso. A religião gradativamente tomou o lugar de Deus como objeto da teologia. O homem deixou de ser ou de reconhecer o conhecimento de Deus como algo que lhe foi dado na Escritura e começou a orgulhar-se de ter a Deus como seu objeto de pesquisa. No curso do tempo tornou-se comum falar do descobrimento de Deus feito pelo homem, como se o homem alguma vez o tivesse descoberto; e toda descoberta feita nesse processo foi dignificada com o nome de “revelação”. Deus vinha no final de um silogismo, ou como o último elo de uma corrente de raciocínio, ou como a cumeeira de uma estrutura de pensamento humano. Sob tais circunstâncias, era simplesmente natural que alguns considerassem incoerência começar a dogmática pelo estudo de Deus. Antes, é surpreendente que tantos, a despeito do seu subjetivismo, tenham continuado a seguir a ordem tradicional.

Contudo, alguns perceberam a incongruência e partiram por outro caminho. A obra dogmática de Schleiermacher dedica-se ao estudo e análise do sentimento religioso e das doutrinas nela envolvidos. Ele não trata da doutrina de Deus de maneira conexa, mas apenas em fragmentos, e conclui a sua obra com uma discussão sobre a Trindade. Seu ponto de partida é antropológico, e não teológico. Alguns teólogos intermediários foram tão influenciados por Schleiermacher que, logicamente, começaram os seus tratados de dogmática com o estudo do homem. Mesmo nos dias presentes esta ordem é seguida ocasionalmente. Acha-se um notável exemplo disto na obra de O. A. Curtis, *The Christian Faith* (A Fé Cristã). Esta começa com a doutrina do homem e conclui com a doutrina de Deus. Poderia parecer que a Teologia da escola de Ritschl requeresse ainda outro ponto de partida, desde que encontra a revelação objetiva de Deus, não na Bíblia como a Palavra divinamente inspirada, mas em Cristo como fundador do Reino de Deus, e considera as ideias do Reino como o conceito central e absolutamente dominante da teologia. Contudo, dogmáticos da Escola de Ritschl, como Herrmann, Haering e Kaftan, seguem, pelo menos formalmente, a ordem usual. Ao mesmo tempo, há vários teólogos que em suas obras começam a discussão da dogmática propriamente dita com a doutrina de Cristo ou da sua obra redentora. T. B. Strong distingue entre *teologia* e *Teologia Cristã*, define esta última como “a expressão e análise da encarnação de Jesus Cristo”, e faz da encarnação o conceito dominante em todo o seu *Manual of Theology* (Manual de Teologia).

B. Prova Bíblica da Existência de Deus

Para nós a existência de Deus é a grande pressuposição da teologia. Não há sentido em falar-se do conhecimento de Deus, se não se admite que Deus existe. A pressuposição da Teologia Cristã é de um tipo muito definido. A suposição não é apenas de que há alguma coisa, alguma ideia ou ideal, algum poder ou tendência com propósito, a que se possa aplicar o nome de Deus, mas que há um ser pessoal autoconsciente, auto-existente, que é a origem de todas as coisas e que transcende a criação inteira, mas ao mesmo tempo é imanente em cada parte da criação. Pode-se levantar a questão se esta suposição é razoável, questão que pode ser respondida na afirmativa. Não significa, contudo, que a existência de Deus seja passível de uma demonstração lógica que não deixa lugar algum para dúvida; mas significa, sim, que, embora a verdade da existência de Deus seja aceita pela fé, esta fé se baseia numa informação confiável. Embora a Teologia Reformada considere a existência de Deus como pressuposição inteiramente razoável, não se arroga a capacidade de demonstrar isto por meio de uma argumentação racional. O Dr. Kuyper fala como segue da tentativa de fazê-lo: “A tentativa de provar a existência de Deus ou é inútil ou é um fracasso. É inútil se o pesquisador acredita que Deus recompensa aqueles que o procuram. É um fracasso se se trata de uma tentativa de forçar, mediante argumentação, ao reconhecimento, num sentido lógico, uma pessoa que não tem esta *pistis*”.¹

O cristão aceita a verdade da existência de Deus pela fé. Contudo, esta fé não é cega, mas baseada em provas, e as provas se acham, primariamente, na Escritura como a Palavra de Deus inspirada, e, secundariamente, na revelação de Deus na natureza. A prova bíblica sobre este ponto não nos vem na forma de uma declaração explícita, e muito menos na forma de um argumento lógico. Nesse sentido a Bíblia não prova a existência de Deus. O que mais se aproxima de uma declaração seja talvez o que lemos em Hebreus 11.6 “... é necessário que

¹ *Dict, Dogm., De Deo* I, p. 77 (tradução de L. B. ao inglês).

aquele que se aproxima de Deus creia que ele existe e que se torna galardoador dos que o buscam”. A Bíblia pressupõe a existência de Deus em sua declaração inicial, “No princípio, criou Deus os céus e a terra”. Ela não somente descreve a Deus como o criador de todas as coisas, mas também como o sustentador de todas as suas criaturas, e como o governador de indivíduos e nações. Ela testifica o fato de que Deus opera todas as coisas de acordo com o conselho da sua vontade, e revela a gradativa realização do seu grandioso propósito de redenção. O preparo para esta obra, especialmente na escolha e direção do povo de Israel na velha aliança, vê-se claramente no Antigo Testamento, e a sua culminação inicial na Pessoa e Obra de Cristo ergue-se com grande clareza nas páginas do Novo Testamento. Vê-se Deus em quase todas as páginas da Escritura Sagrada em que ele se revela em palavras e atos. Esta revelação de Deus constitui a base da nossa fé na existência de Deus, e a torna uma fé inteiramente razoável. Deve-se notar, contudo, que é somente pela fé que aceitamos a revelação de Deus e que obtemos uma real compreensão do seu conteúdo. Disse Jesus, “Se alguém quiser fazer a vontade dele, conhecerá a respeito da doutrina, se ela é de Deus ou se eu falo por mim mesmo”, Jo 7.17. É este conhecimento intensivo, resultante de íntima comunhão com Deus, que Oseias tem em mente quando diz, “Conheçamos e prossigamos em conhecer ao Senhor”, Os 6.3. O incrédulo não tem nenhuma real compreensão da Palavra de Deus. As palavras de Paulo são pertinentes nesta conexão: “Onde está o sábio? Onde, o escriba? Onde, o inquiridor deste século? Porventura, não tornou Deus louca a sabedoria do mundo? Visto como, na sabedoria de Deus, o mundo não conheceu por sua própria sabedoria, aprouve a Deus salvar os que creem pela loucura da pregação”, 1Co 1.20,21.

C. A Negação da Existência de Deus em suas Várias Formas

Os estudiosos de religiões comparadas e os missionários frequentemente dão testemunho do fato de que a ideia de Deus é praticamente universal na raça humana. É encontrada até mesmo entre as mais atrasadas nações e tribos do mundo. Isto não significa, contudo, que não há indivíduos que negam a existência de Deus completamente, nem tampouco que não há um bom número de pessoas em terras cristãs que negam a existência de Deus como ele é revelado na Escritura, uma Pessoa de perfeições infinitas, autoexistente e autoconsciente, que realiza todas as coisas segundo um plano predeterminado. É esta última forma de negação que de modo particular temos em mente aqui. Ela pode assumir várias formas e, na verdade, tem assumido várias formas no curso da História.

1. A ABSOLUTA NEGAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE DEUS. Como acima foi dito, há forte prova da presença universal da ideia de Deus na mente humana, mesmo entre as tribos não civilizadas e que não têm recebido o impacto da revelação especial. Em vista deste fato, alguns chegam a negar a existência de pessoas que negam a existência de Deus, que haja verdadeiros ateus, a saber, os ateus práticos e os teóricos. Os primeiros são simplesmente pessoas não religiosas, pessoas que na vida prática não contam com Deus, mas vivem como se Deus não existisse. Os últimos são em regra de um tipo mais intelectual, e baseiam a sua negação num processo de raciocínio. Procuram provar que Deus não existe usando para este fim aquilo que lhes parece argumentos racionais conclusivos. Em vista da *semen religionis* implantada em todos os seres humanos, pela criação do homem à imagem de Deus, é seguro admitir que ninguém nasce ateu. Em última análise, o ateísmo resulta do estado moral pervertido do homem e do seu desejo de fugir de Deus. É deliberadamente

cego para o instinto mais fundamental do homem, para as necessidades mais profundas da alma, para as mais elevadas aspirações do espírito humano, e para os anseios de um coração que anda tateando em busca de um ser mais alto; é cego para estas realidades e as procura suprimir. Esta supressão prática ou intelectual da operação da *semen religionis* frequentemente envolve prolongados e penosos conflitos.

Não se pode duvidar da existência de ateus práticos, visto que tanto a Escritura como a experiência a atestam. A respeito dos ímpios o Salmo 14.1 declara: “Diz o insensato no seu coração: Não há Deus” (Sl 10.4b). E Paulo lembra aos efésios que eles tinham estado anteriormente “sem Deus no mundo”, Ef 2.12. A experiência também dá abundante testemunho da presença deles no mundo. Eles não são necessariamente ímpios notórios aos olhos dos homens, mas podem pertencer aos assim chamados “homens decentes do mundo”, embora consideravelmente indiferentes para com as coisas espirituais. Tais pessoas muitas vezes têm a consciência do fato de que estão em desarmonia com Deus, tremem ao pensar em defrontá-lo e procuram esquecê-lo. Parecem ter um secreto prazer em exhibir o seu ateísmo quando tudo vai bem, mas é sabido que dobram os seus joelhos em oração quando sua vida entra repentinamente em perigo. Na época presente, milhares desses ateus práticos pertencem à Associação Americana para o Progresso do Ateísmo.

Os ateus teóricos são doutra espécie. Geralmente são de um tipo mais intelectual e procuram justificar a afirmação de que não há Deus por meio de argumentação racional. O professor Flint distingue três espécies de ateísmo teórico, a saber, (1) *Ateísmo dogmático*, que nega peremptoriamente a existência de um ser divino; (2) *Ateísmo cético*, que duvida da capacidade da mente humana de determinar se há ou não há um Deus; (3) *Ateísmo crítico*, que sustenta que não há nenhuma prova válida da existência de Deus. Estes frequentemente caminham de mãos dadas, mas mesmo o mais moderado deles realmente declara que toda e qualquer crença em Deus é uma ilusão.² Nesta divisão se verá que o Agnosticismo também aparece como uma espécie de ateísmo, classificação que desagrade a muitos agnósticos. Deve-se ter em mente, porém, que o Agnosticismo referente à existência de Deus, embora admitindo a possibilidade da sua realidade, deixa-nos sem um objeto de culto e adoração exatamente como faz o ateísmo dogmático. Contudo, o verdadeiro ateu é o *ateu dogmático*, o homem que faz a afirmação categórica de que não há Deus. Essa afirmação pode significar uma de duas coisas: ou que ele não reconhece deus nenhum, de nenhuma espécie, não erige nenhum ídolo para si mesmo, ou que não reconhece o Deus da Escritura. Ora, há muito poucos ateus que na vida prática não modelam alguma espécie de deus para si próprios. Há um número muito maior daqueles que teoricamente põem de lado todo e qualquer deus; e um número ainda maior dos que romperam com o Deus da Escritura. O ateísmo teórico geralmente está arraigado em alguma teoria científica ou filosófica. O monismo materialista, em suas várias formas, e o ateísmo, normalmente andam de mãos dadas. O idealismo subjetivo absoluto pode ainda deixar-nos a ideia de Deus, mas nega que haja qualquer realidade que lhe corresponda. Para o humanista moderno “Deus” simplesmente significa “o espírito da humanidade”, “o sentimento de integralidade”, “meta racial” e outras abstrações desta espécie. Outras teorias não somente dão lugar a Deus; também pretendem manter a sua existência, mas certamente excluem o Deus do teísmo, um ser pessoal supremo, o Criador, o Preservador, e o Governador do Universo, distinto de sua criação e, contudo, em toda parte presente nela. O panteísmo funde o natural e o

² *Anti-Theistic Theories*, p. 4s.

sobrenatural, o finito e o infinito numa só substância. Muitas vezes fala de Deus como base oculta do mundo fenomenal, mas não o concebe como pessoal e, portanto, como dotado de inteligência e vontade. Ousadamente declara que tudo é Deus, assim se envolve naquilo a que Brightman chama “a expansão de Deus”, de modo que temos “muito de Deus”, visto que ele inclui também todo o mal do mundo. Isto exclui o Deus da Escritura, e até aqui é claramente ateu. Spinoza pode ser chamado “O homem intoxicado por Deus”, mas o seu deus certamente não é o Deus que os cristãos cultuam e adoram. Seguramente, não pode haver dúvida da presença de ateus teóricos no mundo. Quando David Hume expressou dúvida a respeito da existência de um ateu dogmático, o barão d’Holbach replicou: “Meu caro senhor, neste momento estais sentado à mesa na companhia de 17 pessoas dessa classe”. Os que são agnósticos quanto à existência de Deus podem diferir um tanto do ateu dogmático, mas eles, como estes últimos, deixam-nos sem Deus.

2. FALSOS CONCEITOS ATUAIS DE DEUS QUE ENVOLVEM NEGAÇÃO DO VERDADEIRO DEUS. Em nossos dias há vários conceitos falsos de Deus, que envolvem a negação do conceito teísta de Deus. Basta neste contexto uma breve indicação dos mais importantes destes falsos conceitos.

a. *Um Deus imanente e impessoal.* O teísmo sempre acreditou num Deus que é transcendente e imanente. O deísmo retirou Deus do mundo, e deu ênfase à sua transcendência, em detrimento da sua imanência. Sob a influência do panteísmo, porém, o pêndulo pendeu noutra direção. Identificou Deus com o mundo e não reconheceu um ser divino distinto da sua criação e infinitamente exaltado acima dela. Por intermédio de Schleiermacher, a tendência de fazer Deus um ser em linha de continuidade com o mundo obteve um ponto de apoio na teologia. Ele ignora completamente o Deus transcendente e só reconhece um Deus que pode ser conhecido pela experiência humana e se manifesta na consciência cristã como causalidade absoluta, à qual corresponde um sentimento de dependência absoluta. Os atributos que atribuímos a Deus, são, nesta maneira de ver, meras expressões simbólicas dos vários modos assumidos por este sentimento de dependência, ideias subjetivas sem nenhuma realidade correspondente. Suas representações de Deus mais antigas e posteriores parecem diferir um pouco, e os intérpretes de Schleiermacher diferem quanto à maneira pela qual as suas afirmações devam ser harmonizadas. Contudo, Brunner parece estar certo quando diz que, para Schleiermacher, o universo toma o lugar de Deus, embora seja usado este último nome; e que ele concebe a Deus como idêntico ao universo e como a unidade subjacente ao universo. Muitas vezes parece que a distinção que ele faz entre Deus e o mundo é apenas ideal, isto é, a distinção entre o mundo como uma unidade e o mundo em suas multiformes manifestações. Ele fala muitas vezes de Deus como o “*Universum*” ou o “*Welt-All*”, e argumenta contra a personalidade de Deus; apesar disso, incoerentemente, fala como se pudéssemos ter comunhão com ele em Cristo. Estas opiniões de Schleiermacher, fazendo de Deus um ser em linha de continuidade com o mundo, dominou grandemente a teologia do século passado, e é esta opinião que Barth combate com a sua forte ênfase a Deus como “O Totalmente Outro”.

b. *Um Deus finito e pessoal.* A ideia de um Deus finito ou deuses finitos não é nova; é tão antiga como o politeísmo e o henoteísmo. A ideia harmoniza-se com o pluralismo, não porém com o monismo filosófico nem com o monoteísmo teológico. O teísmo sempre considerou Deus como um ser pessoal, absoluto, de perfeições infinitas. Durante o século 19, quando a filosofia monística estava em ascendência, tornou-se comum